



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TERCEIRA (3ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Terceira (3ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 12 de fevereiro de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Benedito José do Couto, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Primeira (1ª) Sessão Ordinária, realizada no dia 1º de fevereiro de 2016, e da Primeira (1ª) e da segunda (2ª) Sessões Extraordinárias, realizadas em 03 de fevereiro de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 19, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 08/2016, datada de 11/01/2016, objeto do Ofício nº 08/2016, de igual data, “vedando à população depositar entulhos, em geral, em vias, logradouros públicos, praças, jardins, áreas verdes, áreas de preservação, ou em terrenos baldios, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2016, da Mesa da Câmara Municipal, “dispondo sobre a criação do sistema de controle interno da Câmara Municipal de Mogi mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões permanentes); 3. Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2016, da Mesa da Câmara Municipal, “alterando a formação exigida para preenchimento do cargo de Diretor Geral, constante da Resolução nº 209, de 07 de agosto de 1998”; (ao exame das Comissões permanentes); 4. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2016, da Mesa da Câmara Municipal, “dispondo sobre ampliação de vaga ao emprego público de motorista e determinando outras providências”; (ao exame das Comissões permanentes); 5. Balancete da receita e despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro/2016”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 6. Balancete da receita e despesa do serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“referente ao mês de novembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 7. Balancete da receita e despesa do serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº 08/2016, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 19/2016 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 20/2016. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requer cópia, na íntegra, do procedimento licitatório – Dispensa de Licitação de nº 13/2015 – Contrato nº 67/2015. Requerimento nº 22/2016. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requer cópia dos empenhos e notas fiscais, referentes a ata de Registro de Preços nº 094/2015 – Gadagnoto Comércio e Serviços Ltda EPP de 29/07/2015. Requerimento nº 23/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer cópia do processo administrativo nº 7.760/2015. Requerimento nº 24/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Requer cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Regulação e Controle Social. Requerimento nº 25/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requere ao prefeito municipal, informações sobre o cronograma de manutenção, na estrada municipal rural MMR-264, denominada Estrada Bonflégio Davoli. Requerimento nº 26/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: requer às empresas Vivo S/A e Net Serviços de Comunicação S/A, que realizem a manutenção de seus cabos instalados na Rua Padre José – centro. Requerimento nº 27/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, informações e providências para que seja realizado o serviço de tapa buraco, ou recapeamento, na Rua Manoel Torino, Jardim Sylvania, reiterando solicitação feita através da Indicação 437/2015. Requerimento nº 28/2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, informações relativas às providências, que estão sendo tomadas, para que sejam executados os serviços de patrolamento e cascalho, na Rodovia MMR-264, denominada Rodovia Bonfiglio Davoli. Requerimento nº 29/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requer à empresa Viação Santa Cruz a instalação de abrigo, no ponto de ônibus, localizado à Rodovia Élzio Mariotoni. Requerimento nº 31/2016. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer modelo do protocolo aplicado, atualmente, nas vistorias de comércios do município, quando requisitada a liberação de alvará de funcionamento de comércio. Requerimento nº 32/2016 - Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer informações sobre as análises técnicas dos veículos pesados (motoniveladoras), que se encontram paradas na oficina mecânica do município. Requerimento nº 33/2016. Autora: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requer informações sobre a paralisação do transporte de usuários da Secretaria de Saúde. Requerimento nº 34/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, informações relativas às providências, que estão sendo tomadas, para que sejam executados os serviços de Patrol e cascalho na Estrada Rural MMR-302, denominada Rodovia Alexandre Poletini. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 31/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal realizar manutenção, na iluminação pública da Praça Ângelo Bordignon, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 32/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal atuação de serviço de manutenção e limpeza, na Praça Ângelo Bordignon, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 33/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal, que realize limpeza e manutenção, nas margens e arredores do Córrego do Toledo, na Rua João Vieira Ramalho, localizada no Mirante.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 34/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal, que realize manutenção, no pavimento asfáltico, na Rua Lázaro do Amaral Mello, localizada no Bairro Tucura. Indicação nº 35/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao prefeito municipal, para que providencie, junto ao SAAE, manutenção na galeria de esgoto, próxima ao Córrego do Toledo, na Rua João Vieira Ramalho, localizado no Bairro Mirante. Indicação nº 36/2016. Autoria: Leonardo David Zaniboni. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, que providencie, com urgência, a calçada e cabeceira de ponte, no terreno localizado na Rua Afonso Arcuri, Bairro Maria Beatriz. Indicação nº 37/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras e Manutenção, providências para que sejam efetuados trabalhos de tapa buraco, na Rua Chico Venâncio – Centro. Indicação nº 38/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria competente, providências para que sejam efetuados trabalhos de tapa buraco, na Rua Padre José – Centro. Indicação nº 39/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, atuação do serviço tapa buraco, em toda extensão da Rua José Magrini, Bairro Santa Cruz. Indicação nº 40/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, atuação do serviço tapa buraco, ou recapeamento, em toda extensão da Rua João Alves, Jardim Scomparim, Bairro Tucura. Indicação nº 41/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, providências, para que sejam efetuados trabalhos de nivelamento do asfalto, junto às tampas de bueiros de esgotos, na rotatória, localizada da Av. Pedro Botesi, esquina com a Rua Antônio Bigeli e Rua Raphael Bella. Indicação nº 42/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico ao departamento competente, realize manutenção na malha asfáltica da Rua Sebastião Milano Sobrinho, que dá acesso ao Jardim Planalto e ao Residencial Floresta. Indicação nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

43/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize limpeza na Avenida Vereador Antônio Carlos de Oliveira. Indicação nº 44/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize manutenção no meio fio da esquina da Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni, com a Rua Professora Nelly Batista Fernandes, no Jardim do Lago. Indicação nº 45/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico ao departamento competente, realize manutenção no meio fio e no asfalto, na Rua Benedito Martinho de Araújo, no Jardim Scomparin. Indicação Nº 46/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize operação tapa buracos na Rodovia Élzio Mariotoni. Indicação nº 47/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize limpeza dos bueiros localizados na Rua Primo Dexter, no Jardim Guaçu Mirim. Indicação nº 48/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize limpeza da área verde, localizada na Rua Primo Dexter, no Jardim Guaçu Mirim. Indicação nº 49/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize melhorias no sistema de escoamento de água na Rua Primo Dexter, no Jardim Guaçu Mirim. Indicação nº 50/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize limpeza nos passeios públicos e áreas verdes, localizadas nas Chácaras São Marcelo. Indicação nº 51/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize instalação de ponto de iluminação pública, na Rua Ema Fredenriche Garros, localizada nas Chácaras São Marcelo. Indicação nº 52/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica ao departamento competente, que realize limpeza no bueiro, localizado na esquina da Rua Graciliano Ramos, com a Rua Paulo Naressi, no Jardim Linda Chaib. Indicação nº 53/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica ao Excelentíssimo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal, através da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana e da Secretaria de Obras, providências para sinalização de solo (vaga deficiente e vaga idoso), bem como rebaixamento de guia, em frente à entidade Vila Paim. Indicação nº 54/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica ao departamento competente, que realize manutenção na praça, localizada no Bairro Guaçu Mirim. Indicação nº 55/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica ao departamento competente, que realize limpeza e erradicação dos pombos, na creche do SEHAC. Indicação nº 56/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indica ao departamento competente, que realize manutenção no meio fio e no asfalto, na Rua Fátima Carmo Vômero Bacar, no Jardim Patrícia. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 11/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento do Senhor Nelson Bernardino Silva, ocorrido dia 01 de fevereiro de 2016. Moção nº 12/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da Senhora Cecilia Perina Mazon, ocorrido dia 07 de fevereiro de 2016. Moção nº 13/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: moção de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ari Biazotto, ocorrido dia 18 de janeiro de 2016. Moção nº 14/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Votos de Congratulações e Aplausos ao provedor da Santa Casa de Misericórdia, Josué Lolli, bem como à toda equipe médica e aos funcionários, pela inauguração da nova Ala Pediátrica da Santa Casa de Mogi Mirim. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, datados de 02 de fevereiro de 2016, todos subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 511/2015; Requerimento nº 483/2015; Requerimento nº 471/2015; Requerimento nº 477/2015; Requerimento nº 372/2015;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 466/2015; Requerimento nº 359/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. “Venho me manifestar, diante de matérias publicadas no jornal, relativas à Guarda Civil Municipal - GCM. Uma das matérias diz, que a GCM está largada e abandonada. A GCM ficou sim, largada e abandonada durante vinte anos, sem investimento algum. Quem presenciou o trabalho da GCM, durante todos esses anos, sabe desta verdade. Desde que fui eleito vereador, venho trabalhando, arduamente, pela GCM, todos sabem disso. Foram várias conquistas: refeitório novo; sala de descanso, mini academia e vestiário decentes; stand de tiro novo, melhorias salariais, tais como, a periculosidade, que aumentou 30% e foi melhora significativa, embora ainda distante daquilo que buscamos. O salário base da GCM de Mogi Mirim é o mais defasado da região. O que falta na GCM também, é a abertura de concursos públicos, para guardas e bombeiros, algo que venho alertando há muito tempo. Há também a questão de investimentos, para os bombeiros, algo que estamos lutando há muito. A cidade está crescendo muito, verticalmente, com muitos prédios e condomínios, e, se houver um incêndio de grande porte, Mogi Mirim não terá condições de atendê-lo e será uma tragédia. Sobre caminhões, hoje, temos um caminhão, um resgate bom, mas se trata de comodato, cedido pela senhora Golly Soltani. Portanto, tem que abrir concurso para guarda e bombeiro e melhorar o salário, mas a questão que o jornal abordou, de que a GCM está abandonada, não é verdade. O que ocorre é a questão das viaturas, isto sim. Já expliquei, em tribuna, justifiquei a questão da locação. Na sexta-feira, eu estive no Ministério Público – MP, conversando com o Promotor Rogério Filócomo, pedindo sua ajuda, expondo a situação, e,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coincidentalmente, na mesma semana, foi publicada a matéria sobre a GCM. Foram devolvidas quatro viaturas, para fazer a locação das caminhonetes. Ocorre, que o canil não tem condições de trabalhar, se não possuir uma viatura grande. Não é possível colocar dois guardas municipais e um cachorro de grande porte, num veículo Gol. Tem que ser caminhonete. A caminhonete tipo S10 foi devolvida, porque venceu o contrato. A viatura da ROMU, é o mesmo caso. É uma viatura adaptada. A ROMU trabalha com quatro homens e estava dando ótimo resultado. Porém, a viatura não é adequada, impossível trabalhar com uma arma longa, numa viatura desse tipo. Então, diante disso, foram devolvidas as viaturas, cujo contrato se venceu, mais dois carros, para suprir a locação das quatro e, agora, o MP entrou com um inquérito sobre o valor abusivo. O Promotor de Justiça está averiguando e verificando, que o valor é compatível com o mercado. Levei a ele uma cópia de contrato da cidade de Sorocaba, que fez a mesma locação de caminhonetes, para sua guarda municipal, pelo mesmo valor. Farei a juntada no processo. O setor administrativo da GCM e eu verificaremos outros contratos. Ele se comprometeu a dar andamento rápido ao inquérito, para acabar com esta novela. O Secretário Municipal de Segurança Pública e os membros da GCM são pessoas sérias e estão à frente disso. Então, a GCM está a pé sim, porque devolveu quatro viaturas e as duas, que foram locadas, ainda não chegaram, por conta do inquérito. Então, não há como, infelizmente. Peço o apoio desta Casa, junto ao MP, para agilidade no inquérito das duas viaturas. Se o MP encontrar alguma irregularidade e necessário seja outro contrato, ou licitação, sem problemas. O que não se pode é ficar a pé, da forma como está. E vi também, no jornal, o nome de alguns vereadores, que liberaram a quebra de sigilo bancário e fiscal, a respeito da denúncia do PT. Apenas quero informar, que faltou ao jornal procurar o MP e verificar o nome dos vereadores, porque o prazo vai até sexta-feira, mas, já na quinta-feira passada, eu também protocolei, autorizando a quebra do meu sigilo bancário e fiscal. Meu mandato é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pautado na honestidade e no trabalho sério. Nada tenho a esconder. Mas o jornal não informou meu nome à população”, discursou. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Marcos Bento Alves de Godoy, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. “Alguns assuntos sérios. Iniciar, pela merenda escolar. Alunos voltando às aulas e eles tiveram uma surpresa desagradável, porque não havia merenda e sequer merendeiras. De onde vem todo este novo caos, para as crianças de Mogi Mirim? Vem da Secretária de Educação! Ela disse que avisou, em tempo hábil, ao Estado, mas se ela tivesse feito isso, as escolas estaduais também teriam tido tempo hábil, para se prepararem, devidamente. Ela teve culpa sim, porque não avisou, em tempo hábil. Quem paga e paga muito bem, por isso, são os pais, que não tiveram o mínimo de retorno. A grande percentagem de alunos tem, na merenda escolar, sua única refeição. Se a criança não se alimenta direito, como vai raciocinar direito? Fica o meu protesto contra mais este absurdo do desgoverno municipal. Outro assunto. Os produtores rurais tiveram que fazer uma ‘vaquinha’, colocaram a ‘mão na massa’, como mostra a reportagem do jornal A Comarca, e recuperaram a estrada rural da Usina Esmeralda. Ora! Eles têm de ser ressarcidos sim, pois já pagam imposto. De alguma maneira, o ressarcimento, pois estão pagando duas vezes: uma, no imposto, e a segunda, reunindo a boa vontade, para consertarem a estrada, a fim de escoarem a produção. Os produtores rurais sempre na lida, dia após dia, sem sábados, nem domingos, e têm que fazer ‘vaquinha’, para terem as estradas em condições, para escoarem a produção, e também, para ir e vir de suas casas, pois moram no sítio, faça chuva, ou sol. Incompetência de quem? Do Secretário de Agricultura. E do ‘desgoverno municipal’, do ‘projeto de prefeito’, do ‘moleque’. Até quando? Tolerância zero, para o ‘desgoverno municipal’ de Mogi Mirim”, pronunciou. Como os próximos inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni e Daniel Gasparini dos Santos, declinassem do uso da palavra, ocupou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lugar, na tribuna, a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho, para falar de dois assuntos importantes. Um deles, que me deixou indignada e entristecida. É a lei aprovada, tratando do IPTU, com a manufatura dos carnês, em escrita Braile, para os deficientes visuais. É um direito. São duas declarações feitas, sem base alguma! O que pensam as pessoas, para fazerem tais declarações? Pior, que uma delas, foi feita por uma secretária municipal. A primeira, feita pela Secretária de Negócios Jurídicos, Clareana Falconi Vedovatto, na edição do jornal O Popular do dia 06 de fevereiro de 2016. Ela fala sobre a ADIN, que o prefeito impetrou, para barrar a impressão dos carnês. ‘No período de dois anos, emitir boletos em Braile é desperdício de dinheiro público, é administrar somente para uma parcela da população’. O que ela chama de ‘parcela da população’ é gente que nem ela, gente que trabalha, que paga impostos, como ela, e quer ter seu direito garantido. Não é porque uma pessoa tem uma deficiência visual, que ela deva ser excluída. Admira-me uma secretária dizer que se trata de desperdício de dinheiro público. Desperdício é ela lá, exercendo o cargo de secretária. Aliás, é paga também, pela parcela dos deficientes visuais, os quais não têm direito, ao receberem o carnê de IPTU, de saber o que nele está escrito! Mas, na hora de cobrar o imposto, cobra-se da mesma maneira, sem distinção. E há uma declaração anônima, que, por incrível que pareça, usa a mesma palavra que a secretária, ou seja, ‘desperdício’. ‘Só esta Câmara mesmo, com tantas prioridades (...) e a vereadora veio com mais uma tolice. Agora ela quer que imprima carnês de IPTU, em Braile. Nada contra os cegos, mas é falta de bom senso. Será que a vereadora não imaginou, que qualquer um pode ler o carnê para o cego? É desperdício de dinheiro público’. Enoja-me ouvir tais comentários! É a mesma coisa que dizer, que não precisa de rampa, ou elevador, na Câmara, porque o cadeirante pode ser carregado! E a autônoma da pessoa? Fica onde? A fala foi publicada pelo jornal A Comarca, Plantão Eletrônico. Sei que o jornal é jornal sério, mas, com todo respeito, penso que se deva ter um pouco de cautela, quando se publica este



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tipo de ato, porque, queira-se, ou não, a notícia pode ser uma arma, pode induzir pessoas, que não estão com a opinião formada, a formarem também as suas. Foi assim no período da ditadura militar, no Brasil. Peço cuidado e melhor triagem ao colocar este tipo de publicação, porque se trata de publicação preconceituosa”, aclarou. O próximo orador foi o Vereador Benedito José do Couto. “Venho relatar algo lamentável, que eu creio, como inaceitável acontecer. O senhor Jair está aqui, sentado, na plateia. Ele me procurou, na quarta-feira, na semana passada. Tinha um exame de retina para fazer na Unicamp, hoje. Ele procurou o CEM e lhe disseram, que só tinham uma única van e não tinham vaga, para ele, nesta van. Já está errado. Como agendar um exame, em Campinas, e não ter veículo, para levar o paciente? O ex-secretário de saúde, Jonas Alves Araújo Filho, sempre me atendeu com atenção, então, liguei a ele. Não conheço o novo secretário. Como sempre, Jonas foi muito atencioso, ligou, resolveu e garantiu, que o lugar do senhor Jair já estava reservado, na van. Tudo que ele falou, sempre cumpriu, mas mesmo assim, para termos certeza de tudo, pedi ao senhor Jair, que procurasse o CEM e que, confirmasse a informação. Ele confirmou. Tudo estava certinho. Mas, para a nossa surpresa, o senhor Jair ficou esperando a van, desde às 4h30 da madrugada; ele e mais os outros passageiros, e a van não passou. Ele, então, às 7 horas, ligou para o CEM. Disseram-lhe, que seu nome estava confirmado, mas que as três vans estavam quebradas e que, não havia como transportar os pacientes. É lamentável, uma situação como esta. Acordar, na madrugada, ter o exame de retina, esperar e não conseguir. Não é fácil conseguir uma consulta, ou exames, na Unicamp. Como ainda não ter transporte?! Todos os casos anteriores, não encontramos dificuldades, tanto na gestão de Gérson Rossi, como na de Jonas Araújo. Ambos sempre nos deram atenção. Há dificuldade, em conseguir o agendamento fora, mesmo que urgente, porque não depende da cidade, exclusivamente, mas da Unicamp. Depende de o pessoal de fora ceder o agendamento. Com toda esta dificuldade é inadmissível deixar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as pessoas esperando e não fazer a remoção até o local. Não consegui apurar de quem é a responsabilidade. Confirmaram, que tudo estava certo. Isto é coisa de criança! Saúde é indispensável. Vou apurar o caso, para que não ocorra, novamente”, explanou. O próximo a discursar foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Primeiramente, quero agradecer ao Banco Itaú e à Concessionária Renovias, pela doação, através do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e do Fundo da Pessoa Idosa, de mais dois milhões de reais às nossas entidades. Satisfeito também, porque, agora, a Santa Casa faz parte do Conselho e do Fundo da Pessoa Idosa e recebeu verba de mais de trezentos e setenta mil reais, para seus projetos, ampliando a assistência social, na cidade. Na segunda-feira, tivemos reunião da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, seus membros e demais vereadores, a respeito do projeto de lei nº 114/2015, sobre a concessão dos serviços funerários. Efetuadas algumas reclamações, ouvimos, atentamente. Mogi Mirim possuiu três agentes, que fazem o trabalho, há muito tempo, na cidade. Sugerimos, que os três participassem da licitação, para a concessão do serviço. Porém, é uma lei federal, que o município pretende se adequar. Lembrando, que a definição do assunto está pendente há dez anos. Importante que se discuta, então, para chegarmos a um denominador comum e à solução, através da concessão, e que, as empresas da cidade possam participar e, quem sabe, assim, ganhando, continuar com a prestação de seus serviços. Lembro também, que há o plano, que os agentes funerários fazem com os munícipes e tudo isso será afetado, por isso temos que discutir e encontrar alternativa adequada, para não haja prejuízo, para nenhum munícipe. Estivemos, hoje, meu assessor e eu, com a Secretária de Planejamento, Beatriz Gardinalli, discutindo problemas das ruas da cidade e da Santa Cruz, e acabamos conversando sobre o asfalto, no Parque das Laranjeiras. É plenamente elogiável o asfaltamento daquele bairro, pois as pessoas esperam tal regularização, é importante que ela se resolva. Vereador Leonardo tem buscado a regularização. Minha preocupação, que peço levem em consideração, é a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parte da rede de água e a parte da rede de esgoto. Muitos reclamam, há lugares que não as possuem. Peço que, onde for feito o asfalto, que ele se faça completo, com rede de água e esgoto e que, não tenham que, no futuro, refazer serviços, os quais deveriam estar sendo feitos já, neste momento. É de suma importância, para que os problemas dessas localidades sejam resolvidos, e Mogi mirim precisa melhorar a ampliação do tratamento de esgotos. Completar com o assunto triste, já comentado, o caso da merenda escolar dos alunos da rede estadual. Infelizmente, dizer que simplesmente não tem dinheiro não é saída. Nos momentos de crise é que a pessoa analisa e vê quem tem condições de administrar uma cidade. Ele poderia cortar despesas, em várias áreas, menos na merenda da criança, às vezes, sua única refeição no dia. Precisamos analisar, com carinho, sem afetar as crianças. Talvez, conversando com deputados da região, ou junto ao Governo do Estado”, salientou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Vou iniciar, relativo à reportagem do jornal A Comarca, que publicou, que o único agente político, que tomava providências, com relação às estadas rurais, era o Vereador Jorge Setoguchi. Quero informar ao repórter, que ele está faltando com a verdade. Tenho vários ofícios, protocolados, diretamente, com o prefeito; tenho requerimentos junto à Secretaria de Agricultura. Aliás, a Patrol só esteve na região das Chácaras São Francisco e Martim Francisco, depois de muita confusão. Estive, nesta tribuna, e fui o único vereador que apontou o responsável. Concordo, que o Vereador Jorge Setoguchi, sendo da área rural, ele se empenhe. Mas eu também moro numa região rural e defendo a região, com ‘unhas e dentes’. Os responsáveis são três pessoas: Valdir Biazotto, Ivair Biazotto e Alexandre, que é gerente, na Secretaria de Agricultura. Já informei, que Alexandre fica sentado, navegando na Internet o tempo todo; falou que mora em Mogi Guaçu, em estrada de asfalto, então, que ‘dane-se a terra’. Valdir Biazotto está como Secretário de Agricultura, mas quem manda é o Ivair Biazotto, seu parente. Já informei a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

situação da estrada rural Sétimo Biazotto, toda com pedregulhos, Patrol passada. Tapete. Mas as estradas das Chácaras Sol Nascente, São Francisco e Usina Esmeralda estão todas esburacadas. No Parque das Laranjeiras, nas Ruas 46, 47, parte da Rua 6, há crateras. E os únicos responsáveis são: Valdir Biazotto, Ivair Biazotto e Alexandre. Uma única Patrol! Duas outras estão com os motores fundidos. Existem cento e vinte e oito baixados dentro do município, entre eles Patrols, retroescavadeira, ambulâncias e duas viaturas do SAMU. E apontamos várias soluções, para pelo menos, parte dos problemas, mas há falta de vontade e falta de interesse. Interesse, só na estrada que leva à região da família dele. Já tive reuniões com o prefeito sobre isso. Valdir era detentor da pasta de Martim Francisco. Hoje, não é mais. Perdoem-me o desabafo, mas temos que colocar as máscaras nas pessoas certas. A responsabilidade pelas estradas rurais é da Secretaria de Agricultura e dessas três pessoas. Sobre a liberação do sigilo bancário e fiscal, fui oficializado pelo Promotor. Na minha defesa, relativa à acusação feita pela dupla Batman e Robin, Ernani Gragnanello e Oberdan Quaglio, já fiz a liberação das minhas contas, do meu sigilo fiscal, nada tenho a esconder de ninguém. Mas o problema não é com a Câmara, é comigo. Agora, fizeram um Agravo e o processo vai demorar mais uns quatro meses, para cair próximo à data da eleição. O interesse maior deles é eleitoreiro. O foco sou eu. Penso, que ele está apaixonado por mim! Não tem outra explicação! Mas ele não é minha praia! O problema não é com os colegas vereadores, mas é comigo. Sou o foco de Batman e Robin”, explicou. Também fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “O Promotor de Justiça, Dr. Rogério Filócomo encaminhou ofício aos vereadores, perguntando sobre o dito ‘mensalinho’, na Câmara Municipal, e também, sobre o sigilo bancário, e abrimos mão do nosso. A minha resposta é a respeito do sigilo bancário e fiscal e eu autorizo a quebrar o sigilo e a fazer sua fiscalização. Vereador Cinoê. Está difícil, realmente, para as escolas estaduais, que estão sem merenda. Fui procurado por vários pais, que citaram o fato. Cederam



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apenas um Toddynho e uma bolachinha. É um problema sério. Precisamos organizar a prefeitura, para trabalhar. Sobre os produtores rurais, que se uniram, para efetuar melhorias, na estrada da Usina Esmeralda. Eles assim fizeram, porque a estrada estava em precárias condições e sem poder escoar a produção. Como o Vereador Cinoê citou, procuramos a pessoa responsável. Primeiramente, a resposta foi a falta de Diesel, depois, foi a do motor fundido e, agora, a falta de operador para a máquina. A solução, então, foi a união e o rateio financeiro, para conserto da estrada da Usina Esmeralda. Mas, que vergonha para o nosso município. As estradas rurais são imprescindíveis para o produtor! Precisamos, pelo menos, deixar os pontos críticos trafegáveis nas estradas, tanto na chuva, como na estação de sol. Sempre. Outro problema de hoje, foi o do senhor Jair, que veio até aqui. Esperou a van e ficou sem a consulta, na Unicamp, porque a van não chegou. Ligou para o CEM e recebeu a resposta, de que a van tinha se quebrado e que, simplesmente, não haveria transporte. Pergunto: onde está a responsabilidade? Saúde é prioridade! Como fica? É o total desrespeito, para com os munícipes, e não foi somente o senhor Jair, mas foram quinze pessoas, que seriam transportadas pela mesma van, consultas médicas, em Campinas. Onde está a prioridade, senhor prefeito?”, perguntou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Quero aproveitar a fala dos colegas. Primeiro, sobre a merenda escolar. Quero lembrar, que a merenda sempre foi patrocinada pelo município, mesmo nas escolas estaduais. O município recebe muitas verbas dos Governos Estadual e Federal, e delas depende, para se manter. Então, se não recebe de um lado, do outro, recebe, no final das contas. A retirada desse serviço, para mim, está clara. A secretária Márcia Róttoli, observou, com o pessoal que ela reuniu, que não teria condições de manter a merenda municipalizada, para todos, a partir deste ano. Então, ela colocou, que iria iniciar com os CEMPIs e depois expandir às EMEBs. Todos nós escutamos dela, aqui na Câmara, e através dos jornais. No entanto, do nada, iniciou, com tudo. Ora, sabia-se,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

perfeitamente, que ela não tinha pessoal. Ao cortar a merenda do Estado, ela cortou também, as merendeiras. Ao terminar o convênio, é obvio, ela aumentou sua equipe, a qual eu acho está aquém, do que ela vá necessitar, para municipalizar a merenda. Um desafio ao qual ela se propôs. Muito grande e sem recursos, no momento. Vamos acompanhar, para ver qual será a qualidade da merenda. Os colegas disseram das crianças, as quais receberam alimentação mínima. Quero apenas lembrar, que a EE São Judas e a EE Monsenhor Nora têm períodos integrais. Como ficam as crianças? Os pais pagam impostos, qual o respeito, para com seus filhos? Espero que a população acompanhe isso, porque não são poucas as famílias, que têm seus filhos nas escolas do governo. Isto é irresponsabilidade, é brincar com a vida e isto tem um nome: Marcia Róttoli. Também o prefeito Stupp. Estes são os responsáveis. O prefeito sabe, que tem muitas dívidas, inclusive, com a Angá, e que tal dívida foi renegociada, para pagamento neste ano. Falta administração, falta planejamento. Dinheiro, entra. Observamos isso, nos balancetes”, aclarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Primeiramente, quero dar meus parabéns ao jornalista e novo escritor, Flávio Magalhães. Ele lançará, no dia 12 de março, na sede do Projeto Maguila, um livro, que fala sobre o Parque das Laranjeiras. Chama-se Eterna Promessa. Parabéns, que seja o primeiro de muitos e que o pessoal leia sobre a história do Laranjeiras. Falar sobre merenda escolar. Estive numa escola, pela manhã. Repleta de alunos, pequenos e grandes. Na hora da merenda, veio o kit alimentação, composto de uma vitamina láctea, ou de fruta, e um bolinho de baunilha. Imaginem o que seja tal alimentação. Semana passada, já eu pedi uma reunião com Elin Vasconcelos, a Dirigente de Ensino, e aguardamos resposta. Acredito, que todos queriam estar com a Dirigente, mas também, juntamente, com representantes do município. Numa eleição, muita coisa é prometida. Iludir o morador de bairro, falar que vai representá-lo, na Câmara, e ele mal sabe que, quando eleitos, soltam uma bomba como esta. Aliás, a partir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de hoje, não é só na merenda escolar que devemos ficar de olho. Outra coisa é o transporte público, para os alunos do ensino médio, que residem na zona rural. O aluno da zona rural não deixa de ser mogimiriano. Nenhum prefeito retirou a merenda dos jovens e não vai ser este, que vai tirar. Nós vamos conseguir reverter a situação, porque a população tem forças, os vereadores também. Mas temos que estar unidos. Um, ou dois vereadores não adiantam. Devem ser os dezessete. Falar também, sobre o transporte, na área da saúde. Semana passada, já aconteceu um absurdo, que foi uma senhora, residente no Jardim do Lago, que foi esquecida na cidade de São João da Boa Vista. Esqueceram a senhora, já fraca, em jejum, desde a madrugada. Ficou o dia todo lá. O caso de hoje, o senhor Jair. Esqueceram de levá-lo. Absurdo, também. Ele está há seis meses esperando a consulta. Propomos, Vereador Benedito – já que iniciou a fala, chamar o responsável da saúde aqui”, informou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Realmente, vários vereadores falaram sobre a merenda. Realmente, é o cúmulo do absurdo o que está acontecendo agora, no início do ano letivo. Houve tempo para os responsáveis tomarem providências. Os responsáveis deixaram para a última hora, para avisar aos pais, que não haveria merenda. É o cúmulo do absurdo. Irresponsáveis ambos, prefeitura e Estado. Os dois. Não podemos tapar o sol com a peneira. A bucha não é só no prefeito. O Governo do Estado tem sua culpa também e a secretaria. Por que deixaram chegar neste ponto? Nós, vereadores, temos por obrigação encurralar os responsáveis, pedir urgência, na solução do problema. Recebi, hoje, dezoito ligações de pessoas, que não tinham condições financeiras para comprar um lanche reforçado, para seus filhos levarem à escola. Não podemos cruzar os braços e pensar que isso é brincadeira. Não podemos também fazer demagogia, na tribuna. Então, temos que culpar os responsáveis sim! Chamar a dirigente, a secretária, os responsáveis aqui. Também, não podemos vir à tribuna, discursar, fazer-se de engraçado, fazer a demagogia e não resolver; promover-se, sem resolver as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coisas. Amanhã, farei a minha parte. E estão convidados a me acompanharem. Irei à Secretaria Municipal e à Dirigente Regional de Ensino, para cobrar esta irresponsabilidade. Irresponsabilidade deste pessoal, que está com o poder, na mão. Esta é uma falta de respeito, para com a população. Quero falar ainda, a respeito do que vem acontecendo não só no Parque das Laranjeiras, mas também no Domênico Bianchi, com as promessas que foram feitas e estamos vendo, que as coisas não estão caminhando. Estamos vendo o problema do lixo e operação tapa buracos na cidade. No Parque da Imprensa, já existem buracos com meio metro de profundidade. A cidade está um queijo suíço. Por que deixam para a última hora fazer para fazer a licitação? Por que não anteciparam as coisas? Está muito difícil. Precisamos reagir, somos dezessete vereadores. Mas, aqui, um quer jogar a culpa no outro e não resolver nada. Os dezessete vereadores devem enquadrar o prefeito, os responsáveis, e cobrá-los numa atitude. Não adianta usar a tribuna, como palanque político, em épocas de eleição. Em ano eleitoral, o ‘pau quebra’. Aqui, temos vereador, que ficou doze anos no poder, e não vimos produzir nada! Mas chega à época da eleição, o cara faz mágica! No atraso do repasse do dinheiro às entidades, um ex-diretor financeiro da prefeitura questionou. Ora! Fizeram pior à época deles. Mas estavam lá, no centro da cidade, agora, fazendo a manifestação ao lado das entidades, para cobrar uma atitude do prefeito. Engraçado. Aqui, temos vereador que já foi presidente de Câmara, na mesma época. E estava lá, participando do movimento. Sendo que o prefeito, naquela época deles, fazia pior. Não estou defendendo o rapaz de agora não, mas é para que percebam que, em ano eleitoral, fazem misérias. Jornais provam tudo o que estou dizendo. Então, Presidente da Câmara, o senhor, como presidente, chame à responsabilidade os dezessete vereadores, vamos à secretaria, para cobrar uma atitude, pois não podemos usar esta tribuna, como palanque político, mostrar o que acontece e nada resolver”, denunciou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Quero me



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dirigir ao senhor Jair, que passou uma mensagem a mim e eu o convidei, para vir à Casa. É sobre a consulta, que ele tinha, na Unicamp, problemas de retina. Ele também faz hemodiálise e não poderia, de forma alguma, perder tal consulta, em Campinas. Conversei com o Vereador Benedito, que conseguiu, que ele fosse agendado, para hoje. Mas, vereadores, estamos presenciando o que está acontecendo, na administração municipal. Ninguém mais do que nós. Não há prioridades e administrar é definir prioridades. Saúde não é prioridade, para esta administração. É difícil constatar que o cidadão não tem importância alguma. Peço aos vereadores da base de sustentação, que levem ao prefeito o desmantelamento do transporte na saúde, que não pode ocorrer, de uma hora para outra! Não é possível, isto não pode ocorrer, prefeito! Merenda escolar, outro assunto importantíssimo. Eu recebi, na tarde de sexta-feira, uma ligação da Dirigente Regional de Ensino, Elin Vasconcellos, que supervisiona treze municípios da regional de ensino. Ela estava angustiada. Por isso, estou pedindo a presença da dirigente aqui, porque precisamos de explicações. Eu tenho muitas dúvidas. Ela estava desesperada. Disse, que nunca viu tal fato, ou seja, o corte do convênio com o Governo do Estado, em município algum! A ex-vereadora e Secretária de Educação, Márcia Róttoli, diz que avisou o Estado, com antecedência. Sei que Elin tem cuidado ao se dirigir aos prefeitos e aos treze secretários municipais de educação, pois é dirigente e política e tem a sua posição técnica e profissional, não se envolve, politicamente. Mas precisamos saber se o Estado foi, ou não, avisado, com antecedência. As EEs São Judas Tadeu e Monsenhor Nora têm períodos integrais. A mim, não está claro, se o Estado foi avisado e falhou, ou se o município foi quem falhou. Eu quero saber! Peço, que convidemos a dirigente aqui, faço este pedido ao presidente, verbalmente”, colocou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, respondeu a todos os vereadores, informando que faria o convite à Dirigente Regional de Ensino, bem como à Secretária Municipal de Educação, para presença, na Câmara, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próxima sessão ordinária. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, para uso de Tribuna Livre, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o Senhor *Jacinto Cardoso*, versando sobre *Zona Azul*, cujo discurso foi gravado, em formato digital, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a Tribuna Livre, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a sessão às 20 horas, para reabri-la, posteriormente, às 20h24, e suspendê-la, sequencialmente, às 20h25, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução n.º 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei n.º 114, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a concessão do serviço funerário, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Juntamente com emendas das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e Finanças e Orçamento. Parecer da Comissão de Justiça e Redação e parecer, conjunto, das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Temos aqui, um projeto, que merece nossa consideração e atenção, pois é de tamanha importância, que faz dez anos, que tramita nesta Casa. Entrou, em 2005. Aqui, conosco, hoje, a presença do senhor Toninho, proprietário da Funerária São Luiz e eu esperava os outros agentes funerários também. Tudo começou, com denúncias



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anônimas, é preciso que se diga, denúncias que chegavam ao Ministério Público, sobre os planos funerários. O imbróglio se recheou e se chegou, através do MP, a nítida confirmação de que o serviço funerário municipal estava na clandestinidade. Fui buscar, nos anais da Câmara, todas as etapas do que ocorreu. O projeto fala, que regularizemos o serviço público municipal. À época, o Paulo Silva criou o serviço público municipal. Criou o velório e começaria a mexer no cemitério, mas foi polêmico, não deu continuidade e, hoje, o serviço não está regularizado. O senhor Toninho me contou, que esteve, hoje, com Dr. Rogério Filócomo, o promotor. As comissões se reuniram, então, com os proprietários de funerárias de Mogi Mirim, que merecem nossa satisfação, vieram para reunião aqui. Foram ao MP e Dr. Rogério disse, que não tinha mais nada a fazer, pois a lei precisava ser votada. Pode até ser, que o prefeito não dê continuidade, ou nem faça licitação, mas a lei precisa ser votada e o serviço funerário municipal precisa ser regularizado. Nós só vamos ter alguma informação, quando o edital for publicado e, juntos, estudá-lo. Propôs o Dr. Rogério, o mesmo que as duas comissões propuseram: unam-se, formem um consórcio e participem da licitação. Portanto, este projeto é de uma simplicidade tamanha, que não vejo dificuldade, em votá-lo. O que devemos atentar é ao edital. Colocamos emendas importantes. O defunto vai poder continuar sendo velado a custo zero, esta era nossa preocupação, ao passar o serviço à iniciativa privada. Espero aprovação unânime desta matéria. O serviço funerário começa, quando a Santa Casa, a Casa de Santo Antônio, ou o Lar São Francisco dizem que um paciente faleceu. Daí começa o serviço funerário municipal, o traslado, as coroas, as velas. O mais, somente no edital. Vereadora Luzia deseja que votemos as emendas, separadamente. Eu não vejo problemas, tudo para beneficiar o usuário. Hoje, os três agentes funerários não têm concessão alguma e estão na clandestinidade. Para mim, isto tem importância imensa, pois são mogimirianos estabelecidos, na cidade, há sessenta anos e podem perder a concorrência. É muito importante, que opinemos. Hoje, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto apenas dá a possibilidade de o serviço ser regularizado, mas eu, particularmente, não imagino que o prefeito faça a licitação até o final do ano. Mas há risco de os três agentes perderem a licitação. Não estaremos prestigiando nossos munícipes, isto me preocupa. Pedimos até ajuda do Dr. Fernando, Procurador Jurídico, para termos certeza de estarmos corretos, no que fazer”, declarou. Também discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Falar sobre o parecer da CESAS, conjunto com a CFO e análise técnica do projeto. Sabendo que a vereadora Maria Helena estava a par do assunto, há algum tempo, eu e o Vereador Luís Roberto entramos em consenso de nos unirmos à CFO, para exararmos parecer. Como a vereadora Maria Helena disse, a questão é simples, regularizar. É algo legal, com aval do promotor. A Comissão de Educação fez as emendas, em conjunto, com a CFO. Enquanto vereadora, embora saiba da ilegalidade e o quanto o promotor cobra a regularização, no município, dar um voto de confiança ao prefeito, mais uma vez, não me agrada. Não confio, em aprovar o projeto, sem estar bem descrito. A CRJ, de forma técnica, verificou que não há erros, mas enquanto vereadora, não confio. Peço votação das emendas em destaque. É questão de profilaxia”, argumentou. Em votação o pedido de Destaque para todas as emendas apostas ao Projeto de Lei nº 114/2015, requerido pela Vereadora Dayane Amaro Costa, conforme Artigo 155, V, combinado com o Parágrafo Único do artigo 166, do RI, foi o mesmo rejeitado, por dez (10) votos contrários a seis (06) votos favoráveis. Prosseguindo com a discussão da matéria, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Vereadora Dayane, eu que pediria o destaque, mas quero explicar minha preocupação. Acompanhei uma época muito triste, quando o velório era particular e as pessoas, que não estavam preparadas, para pagar o velório, tinham que fazer o velório, em suas próprias casas, com filas nas calçadas. E partiam depois, em trânsito, até o velório. Foi uma época muito difícil e uma luta muito grande, para conseguirmos o velório municipal. O cemitério não foi possível. Vejo este



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

processo, de regularização, para dar chance aos que trabalham, na área, de participarem da concorrência. Sou favorável, porque é o pessoal que trabalha, na cidade. Mas a questão da retirada, de deixar claro, que o velório e o cemitério vão continuar pertencendo à prefeitura, acho importantíssima. Por isso, pediria destaque”, aclarou. Também discursou o vereador Luiz Guarnieri. “Temos que ampliar esta discussão. No mundo, não existem mais barreiras comerciais, no Brasil também não e, em Mogi Mirim, também devemos ir pelo mesmo caminho. Temos que ampliar a cabeça. Tem-se que disputar com empresas de fora, isto mesmo. É um projeto federal, há dez anos engavetado. Precisamos decidir e resolver. Conversamos com os agentes. Ou eles montam uma empresa, os três, ou disputam. Infelizmente, é briga de mercado. Temos que ampliar horizontes. Isto já acontece, no mundo todo. Se o prefeito estiver fazendo licitações direcionadas, ficaremos de olho. Então, este projeto é aprovar e ponto final. Não vejo alternativa para nós. Temos que nos adequar”, explicou. O Vereador Luís Roberto Tavares também comentou o projeto. “Estivemos reunidos tanto a CESAS, como a CFO. Minha preocupação, com a regularização, são os planos funerários, que as três funerárias têm, atualmente. Suponha que elas participem e percam. Imaginem o caos, que vai se formar, no caso do falecimento de um familiar, que tem o plano. O que vai acontecer? Quanto tempo, para terminarem tais planos? Poderia se dar uma explicação. Vou votar a favor das emendas, porém vou votar contra o projeto”, explanou. Por último, discursou o Vereador Cinoê Duzo. “A que ponto chegamos, nesta cidade. Até depois de morto, este desgoverno quer revirar o caixão”, pontuou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por onze (11) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, Turno Único, o Projeto de Lei nº 114/2015, do Sr. Prefeito Municipal e Emendas); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2.** Substitutivo ao Projeto de Lei nº 121, de 2015, ambos de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“instituindo o prêmio “Professor do Ano”, no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo Turno, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 121/2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 124, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre prazo para marcação de exames e realização de consultas específicas e dando outras providências”; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 124/2015, do Vereador Marcos de Godoy); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 116, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a proibição da queima de lixo, de qualquer material orgânico, ou inorgânico, na zona urbana do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 116/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 5. Projeto de Lei nº 10, de 2016, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.716, de 2015 que dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel ao Lar Infantil Aninha”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 10/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 6. Projeto de Lei nº 16, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre revogação da Lei Municipal nº 5.674, de 21 de maio de 2015, sobre a desafetação de área de terreno de propriedade do Município, localizadas nos Loteamentos Jequitibás e Paineiras”. Parecer da Comissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 35/2016, de autoria da Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 16/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, sem votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 35/2016); (aguardem-se cinco (05) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 16/2016 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Quanto ao assunto que foi discutido, sobre o transporte na área da saúde, só gostaria de colocar minha angústia. No final do ano passado, por falta de pagamento, uma operadora parou o serviço. Atualmente, foi passado a mim, que apenas um carro da prefeitura de Mogi Mirim está disponível, todos os dias. Os usuários informaram que a prefeitura de Mogi Guaçu sempre tem mais carros e se tiver vaga, gentilmente, conduz também os pacientes de Mogi Mirim. É a regulação, que agenda consultas, mas é necessário que se garanta o transporte. Temos muitas denúncias de pessoas, que ficam sem o transporte. O que está acontecendo com o transporte? Eu acompanhei, durante o carnaval, uma senhora que, pela segunda vez, perdeu sua cirurgia. Na primeira, foi agendada e não houve carro para levá-la e ela perdeu. Conseguiu remarcar, mas, novamente, não conseguiu transporte, porque era carnaval e ela deveria ter comparecido ao CEM, com três dias úteis de antecedência. Ora! Isto não havia sido explicado a ela. Só não perdeu a cirurgia, porque a família se mobilizou e conseguiu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um dinheiro e ela foi. Mas é uma situação, que não pode continuar. A população tem que saber o que está ocorrendo. Disseram-me, que uma operadora deixou de atender, na semana passada, e que, por isso, o requerimento que apresentei, para saber o que, realmente, está ocorrendo no município”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Quero falar sobre a merenda, novamente. Um absurdo o que aconteceu no dia de hoje, quando as crianças ficaram sem a merenda. Quero reafirmar o bom senso de termos aqui, presente, a Secretária de Educação e a Dirigente Regional de Ensino, pois alguma satisfação elas têm que nos dar. As crianças não podem ficar a ver navios, ficar na defasagem nutricional. Para sermos coerentes, temos que ter aqui as duas: a dirigente regional e a gestora municipal. Fica o meu protesto, para que o assunto não seja encerrado desta forma. A população tem que ser informada. Se a criança é o futuro, temos que investir na educação, na saúde e na escola, pois ela depende daquela alimentação”, salientou. Também fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Venho agradecer a aprovação do meu projeto, importante para os que sofrem problemas crônicos de saúde. Estas pessoas passam pelos postos, são atendidas, passam pelo tratamento, que, às vezes, não é suficiente. Para o retorno, já existe muita dificuldade e, com o projeto, isto será facilitado. Ao senhor Toninho da funerária, digo que o projeto foi aprovado e vai regulamentar o setor, conforme a legislação federal. Mas eu quero ver a Promotoria Pública pedir a regulamentação do serviço de guincho! E não é em Mogi Mirim, mas na região. Penso que, hoje, não existam regras, tabelas e nem regulamentação. Também é uma forma de clandestinidade. Mas é que meche com pessoas um pouco mais acima. Então, realmente, peço que os jornais foquem, para que o pedido deste vereador chegue ao Ministério Público. Espaço municipal o governo municipal conseguirá, pois temos áreas ociosas. Eu espero que isto seja feito, e que parta do Governo Federal e atinja até os municípios. Mas eu sei, que vai mexer com pessoas grandes e daí a coisa complica. O Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Leonardo e eu, juntos, estamos estudando um projeto, que ajude a melhorar, porque quem é multado, não é aquele que tem carrão. Quem é multado é o pobrezinho, que não conseguiu pagar a renovação do carro. Atrasa dois, ou três meses, o policial está lá, porque também tem parceria, e manda o indivíduo parar. Vai lá, chama o guincho, todo mundo se beneficia e o coitado, às vezes, tem que vender o carro para pagar o guincho, multa e diárias. Então, espero que o MP atente também à esta situação. Observo que os Poderes não caminham juntos. Cada um vai para um lado, divergem-se e um atrapalha o outro, haja vista a educação e a merenda, que têm dedo dos poderes atrapalhando e não deixando evoluir. Espero, que isso também seja resolvido. Quero dizer ainda, que o projeto do Robertinho, relativo às queimadas, é de grande importância. A queimada de lixo doméstico, dentro das casas, é absurda. Fumaça contagiosa, por ação de alguns. Não se vê a danada fiscalização do poder público. É difícil, realmente. Isto tem que acabar. O ser humano tem que se conscientizar, de que a queimada é perniciosa. Existe a coleta de lixo, de entulho e a reciclagem. É fácil de se revolver, basta conscientização. Espero, que o tempo conscientize o Brasil e o mundo, para que tenhamos um planeta melhor para todos”, declarou. Como os próximos oradores, Vereadores Manoel Palomino, Daniel Gasparini dos Santos e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Fechando o assunto do projeto de lei da regularização do serviço funerário. Alguns vereadores não entenderam meu posicionamento. É que eu acredito, que projetos desta natureza, de tamanho critério, na mão do atual prefeito, viram uma bomba relógio, haja vista a Contribuição de Iluminação Pública – CIP. Não confio e prefiro não aprovar projetos desta natureza, na atual gestão. Falando agora com relação à merenda escolar. Também recebi várias reclamações. Eu quero parabenizar a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, pela atitude de chamar à esta Casa a Dirigente Regional de Ensino. Márcia Róttoli também estará presente. Quando vereadora, a atual secretária Márcia Róttoli, defendia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a merenda, o tempo todo. Agora, de que adianta? Ela assumiu a secretaria e tudo ficou desta forma. Promessas, totalmente, descumpridas. Além do problema dessas escolas, que discutiremos aqui, há também o problema da merenda da ETEC. Tenho acompanhando o problema desde o início. No ano passado, eu fiz reuniões com o diretor André, com os pais dos alunos também. Na última reunião, quando também presente o ex-secretário Jonas Araújo Filho, ficou decidido que a prefeitura firmaria um compromisso de ajudá-los e de manter a merenda. Então, por mais que o Estado tenha suas responsabilidades, quando se faz um compromisso, diante da direção de uma escola, que é modelo, na cidade, não adianta jogar a culpa no Governo do Estado. Queiramos, ou não, a ETEC atende e forma alunos de Mogi Mirim. Contribui e muito com nossa cidade e com o nosso desenvolvimento. Não podemos virar as costas à ETEC. Que a prefeitura, que firmou o compromisso, cumpra com o compromisso. Conversei com o diretor da ETEC na sexta-feira, novamente, e quero falar com ele sobre alguns repasses do Estado, que eu sei, que foram feitos e podem ter esta finalidade. Quero entender todo este processo. O diretor disse, que me atenderá na quarta-feira, na escola. O município tem sim, suas responsabilidades e a ETEC forma cidadãos de Mogi Mirim e contribui muito para a nossa cidade”, pronunciou. Como o próximo inscrito, Vereador Luiz Guarnieri, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “A Vereadora Maria Helena e o Presidente João concordam em convidar a Dirigente Elin Vasconcelos e a Secretária Márcia, respectivamente, a Regional e a Municipal. Eu os parablenizo. Eu tenho aqui, uma nota oficial, que menciona, que é obrigação do município arcar com as EMEBs e CEMPIs, com a função do governo as escolas estaduais, técnicas, faculdades. O governo estava repassando cinquenta centavos, por merenda. A merenda tem custo de dois reais e cinquenta centavos, por aluno. O que não acho justa, é a forma como foi rompido o trabalho, pois os maiores prejudicados foram os alunos. Quero saber da secretária o porquê do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

rompimento, repentino. Por mim, não seria convite, mas convocação, só que a convocação deve ser votada, trata-se de requerimento, por escrito, e creio, que elas devam estar aqui, já na próxima segunda-feira. Dizem, que há uma defasagem de um milhão de reais, do Estado para com o Município, e eu penso, que caibam explicações da Secretária de Educação, saber o porquê do rompimento repentino, com as instituições. Precisamos de solução para ontem! Quanto mais rápido melhor. É obrigação nossa dar explicações ao povo, mas precisamos ver quem está sendo omissos. O rompimento repentino foi um ‘tiro no pé’ de todo mundo. Louvo a vereadora, por ter feito o convite à Elin, e ao presidente, por sugerir a presença da Secretária Márcia. Sobre outro assunto. Estava vendo postagem, nos jornais. Quero dizer que, com muita luta e briga, a Patrol efetuou o ‘patrolamento’ nas estradas das Chácaras São Francisco e Sol Nascente e destinou à Usina. Inclusive, o Cristiano, que está fazendo o gerenciamento, na subprefeitura de Martim Francisco, mandou para lá entulhos, para fazer o tapa buracos. Por ele mesmo, eu soube também, que os agricultores pagaram dois mil e quinhentos reais, pelo aluguel de uma Patrol, para fazer o ‘patrolamento’ das estradas e que, os agricultores já estão se mobilizando, para fazer as demais vicinais, tais como, Cavenaghi e outros, algo que é obrigação da Secretaria de Agricultura, obrigação de Valdir Biazotto, Ivair e Alexandre. Pediria ao Alexandre, que tirasse a ‘bunda da cadeira’ e fosse às vicinais, para ver a situação. Existem crateras, no Parque das Laranjeiras, com mais de um metro de profundidade. Vou arrumar uma maneira de convocar o secretário aqui, para explicações. Estamos sem maquinário algum, para a zona rural. Acho que a secretaria está nas mãos de pessoas incompetentes”, salientou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. “Venho falar indicações que fiz, Bairro Saúde, na Praça Bordignon, onde os moradores reclamam, pela falta de iluminação. Pedem providências, para iluminação. Também, no Bairro Inocoop, na Rua das Acácias, o quarteirão todo apagado, já faz uma semana. Também, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bairro Mirante, no Córrego do Toledo, próximo à Cati, um cheio insuportável de esgoto, provavelmente, um tubo de esgoto tenha se rompido e pedimos providências. No córrego, propriamente, o mato está alto, nas margens, e peço a limpeza das margens, evitando assim, ajuntamento de baratas ratos e outros animais”, sublinhou. Como o próximo inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares. “Hoje, apresentei várias indicações, para recuperação de várias ruas, problemas de buracos, guias e sarjetas, águas paradas, principalmente. Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni, com a Rua Professora Nelly Batista Fernandes, no Jardim do Lago. Manutenção no meio fio e no asfalto, na Rua Benedito Martinho de Araújo, no Jardim Scomparin. Buracos para serem reparados, na Rodovia Élzio Mariotoni. Rua Fátima Vômero Bacar, no Jardim Patrícia. Rua Sebastião Milano Sobrinho, que dá acesso ao Jardim Planalto e ao Residencial Floresta. Fiz vários pedidos, para limpeza de bueiros entupidos. Semana passada, fiz um requerimento, perguntando como se dará o trabalho de limpeza de bueiros. Com a Dengue, precisamos desentupir os bueiros. Com relação às máquinas e conservação das vias de terra. A máquina, que faz o trabalho no Parque das Laranjeiras é a mesma, que faz o trabalho nas estradas rurais, tais como, Cavenaghi, Sol Nascente, Morro Vermelho, entre outras. Uma única máquina, para tudo? Está errado isso. Não podemos depender de uma única máquina, para a cidade toda. Se o secretário for convocado aqui, ele que venha preparado, porque são muitos os pedidos e há denúncia, de que ele melhorou a estrada próxima ao sítio, que lhe pertence. Ele tem que nos explicar tudo isso. Sobre o projeto, que proíbe queimadas e que, está em trâmite. Agradeço os votos favoráveis. A criança de berço, os idosos, as mulheres grávidas são os mais prejudicados. A criança de berço não consegue se manifestar. Deve haver multa! Tacar fogo, em lixo, não é o correto, o correto é depositar o lixo. Por falar em lixo e entulhos. Lido, hoje, o projeto de lei nº 19/16, sobre o Ecoponto. Eu já me manifestei



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

várias vezes sobre isso. Fui procurado, para opinar sobre o projeto, porque participo do tema e denuncio muitos locais clandestinos, filmo e até fico de tocaia, no mato, esperando a pessoa jogar o lixo, esperando o descarte clandestino. Na Avenida Antônio Carlos de Oliveira, por exemplo, que sai da Monroe e vai até o Parque do Estado II. É a luta contra a clandestinidade do descarte ilegal, não só do entulho, mas do lixo doméstico. Quando foi falado, que este projeto viria, fiquei contente, porém desejo que seja bem analisado. Tomem cuidado, porque, se estiver como penso, embora eu tenha opinado, não receberá um parecer favorável de minha parte”, declarou. Os últimos inscritos, Vereadores Laércio Rocha Pires e Maria Helena S. de Barros, desistiram do uso da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento do Senhores *Nelson Bernardino Silva, Antônio Ari Biazotto e Cecilia Perina Mazon*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h01, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM